

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO CASTELO DE FRAIÃO (BOIVÃO, VALENÇA)

Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA
Teresa SOEIRO
Mário Jorge BARROCA

No decurso de uma visita de estudo com alunos da variante de Arqueologia do curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto ao Castelo de Fraião tivemos oportunidade de identificar, nas abas do sítio medieval, vestígios de uma estação pré-histórica recentemente afectada pelo alargamento e calcetamento do caminho de acesso. A presente nótula pretende registar e divulgar a informação que nos foi possível coligir.

O Castelo de Fraião, fortificação mediéevica que presidiu aos destinos do Julgado de Fraião, erguia-se na orla Norte da Serra da Bulhosa, no chamado Alto das Furnas ou, como é designado na Carta Militar de Portugal, Alto do Avelão¹. Trata-se de um impressionante conjunto de batólitos graníticos que se destacam bem na paisagem e oferecem condições naturais de defesa, apresentando um campo de visão privilegiado e dominante sobre as terras baixas e férteis até à fronteira do Minho e mesmo para além do curso deste rio, pelo território da Galiza. Estamos em plena mancha de granitos de grão muito grosseiro, geralmente róseo². As coordenadas geográficas do local (Fig. 1), referidas à estação pré-histórica, são as seguintes:

0° 35' 20" E Lx
41° 59' 50" N
440 m (indo até 493 m para o topo do Castelo)

O acesso ao local onde outrora se ergueu o castelo medieval de Fraião faz-se por meio de um estradão que, saindo de Gondomil, passa Boivão e conduz ao planalto da Serra da Bulhosa e ao Alto do Avelão. Uma vez chegados ao sopé das penedias em que o castelo foi instalado, no pequeno alargamento que o caminho aí faz, tivemos ocasião de detectar vestígios de ocupação humana bem mais remota do que os tempos medievos. Na realidade, o acesso, que se encontra em fase de melhoramento e a ser empedrado, apresenta-se em vários tramos do itinerário com uma cota inferior à do terreno superficial, o que ocasiona a formação de taludes que permitem a observação da organização estratigráfica da área que os margina. No último desses taludes, onde o caminho termina, junto

1 — SCE - Carta Militar de Portugal, esc. 1:25 000, Folha 7 S. PEDRO DA TORRE (VALENÇA)

2 — TEIXEIRA, Carlos - *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50.000. Notícia explicativa da Folha 1-A VALENÇA*. Lisboa, 1956, p. 11.

PORTUGALIA

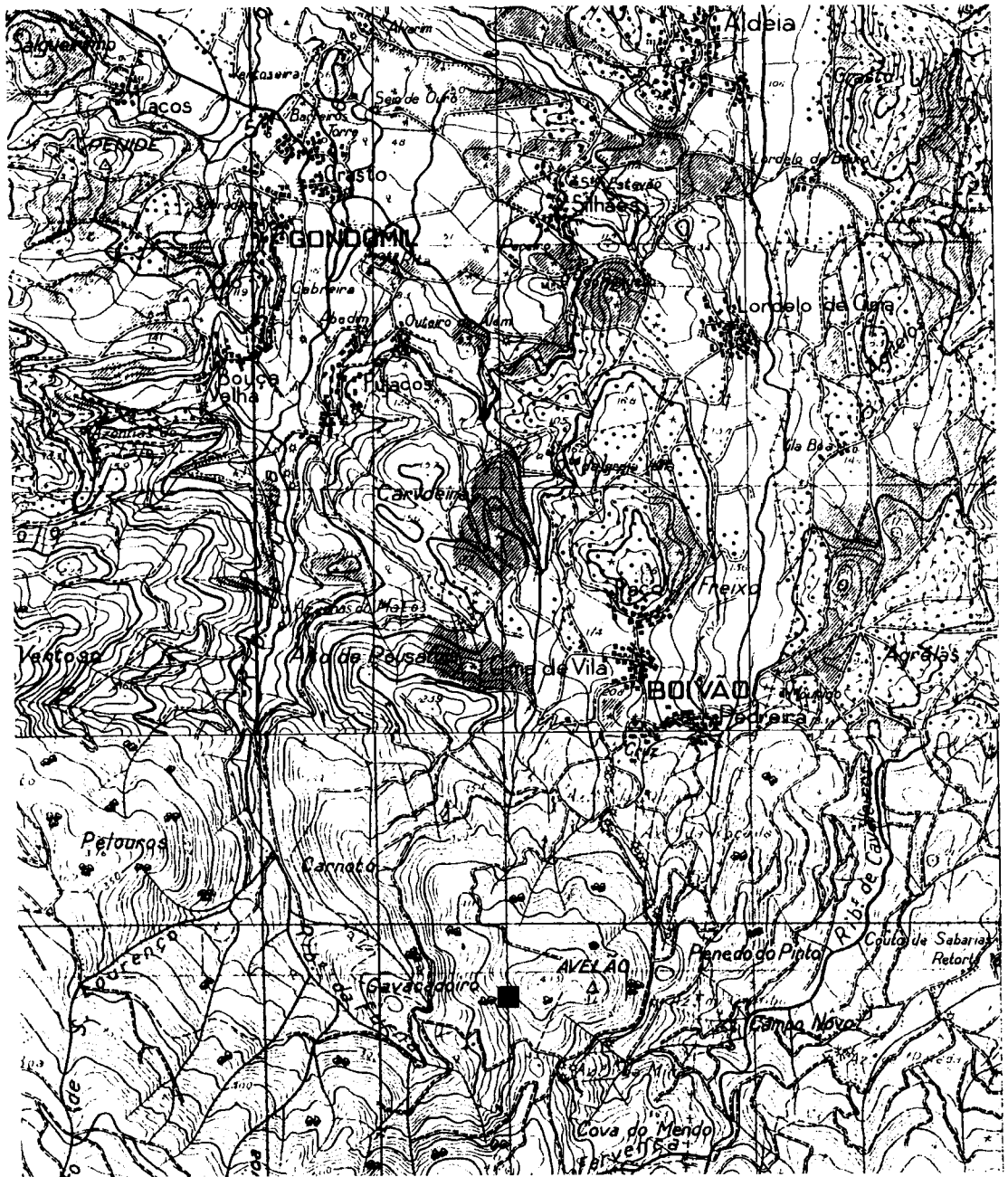


Fig. 1

SCE - Carta Militar de Portugal, esc. 1:25000, folha 7, S. Pedro da Torre (Valença)

do castelo medieval, foi possível identificar a existência de duas fossas ovóides, uma quase totalmente destruída e outra mais preservada. Por outro lado, o perímetro das penedias onde se ergueu o castelo foi recentemente cercado com arame farpado para evitar que o gado bovino, que pasta desacompanhado na serra, se desloque para as furnas. Logo depois de passada a vedação o solo foi regularizado e, entre as terras recém-movimentadas, tivemos ocasião de encontrar algumas dezenas de fragmentos cerâmicos pré-históricos, pertencentes a diversos vasos, alguns com fracturas recentes³.

Estes vestígios não podem deixar de nos recordar outros achados pré-históricos desta serra como a Estátua-Menir da Bulhosa⁴, que José Leite de Vasconcelos recolheu para o Museu Nacional de Arqueologia e que, apesar de não podermos dizer que apareceu neste local, se enquadra nas suas imediações. No mesmo Museu, em Lisboa, se guarda um machado de bronze de alvado, com um anel e nervuras sobre a lâmina, que Luís Monteagudo estudou e que se sabe proveio do «*Monte da Furna, Valença do Minho*», ou seja do próprio local do Castelo de Fraião⁵.

O Castelo Medieval

A área territorial que se desenvolve entre os rios Lima e Minho, no Norte de Portugal, encontrava-se organizada nos meados do Séc. XIII em sete Terras ou Julgados: bordejando o rio Minho, e fazendo fronteira com a Galiza, as Terras ou Julgados de Caminha, Cerveira, Fraião, Pena da Rainha e Valadares; na zona Sul deste espaço geográfico, confrontando com o rio Lima, as Terras ou Julgados de S. Martinho (ou da Ponte) e de Valdevez. A estrutura militar que se implantou no Alto do Avelão constituía a sede militar do Julgado de Fraião, um espaço geográfico que, em boa medida, corresponde hoje aos concelhos de Valença do Minho e de Paredes de Coura, como nos revelam as Inquirições de 1258⁶. Castelo mal conhecido, quer pelas escassas referências documentais coevas, quer pela pouca atenção que despertou junto dos investigadores e medievalistas, quer ainda pelos reduzidos testemunhos materiais que sobrevivem, é dele que nos iremos, agora, ocupar (Fig. 2)⁷.

Uma das mais remotas referências bibliográficas que conhecemos para o Castelo de Fraião remonta aos inícios do Séc. XVIII, quando, em 1706, o Pe. António Carvalho da Costa, ao tratar do Couto do Mosteiro de Sanfins de Friestas, escrevia: «*Santiago de Boyvão, em cujo districto estão as ruínas de hum Castello a que com difficuldade se sobe; huns lhe chamão da Forna, outros a Penha da Rainha, & os mais o Castello de Fraião, aonde as Justiças de Coura se ajuntavão a fazer audiência à gente daquelle concelho, & deste Couto, antes que de todo se apartassem hum do outro.*»⁸.

O Pe. Carvalho da Costa fazia ainda eco do mal-entendido que grassou entre os autores mais antigos, confundindo o Castelo de Fraião com o Castelo de Pena da Rainha, pensando que se tratava de designações diversas para uma mesma estrutura. De qualquer forma, as suas palavras contam-se entre as mais remotas que registam a existência da estrutura militar no Alto do Avelão ou das Furnas.

3 — Das descobertas realizadas e das precárias condições de preservação da estação arqueológica foi dado conhecimento verbal, no próprio dia da visita (25 de Abril de 1996), a Técnicos Superiores de Arqueologia do IPPAR - Porto.

4 — VASCONCELOS, José Leite de - «Esculturas pré-históricas do Museu Etnológico Português», AP, Lisboa, 1ª série, 15 1910, p. 31 - 33; JORGE, Susana Oliveira - «Desenvolvimento e hierarquização social e da metalurgia», in *Nova História de Portugal*, v. 1, Lisboa, 1990, p. 208, nota 104; JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira - «Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal», RFLUPH, 7 1990, p. 299 - 300, estudos que associam esta estátua-menir ao Calcolítico.

5 — MNAE, código 526, cont. 1170, peça nº 11042. Cf. MONTEAGUDO, Luís - *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. Munchen, 1977, p. 251, nº 1740.

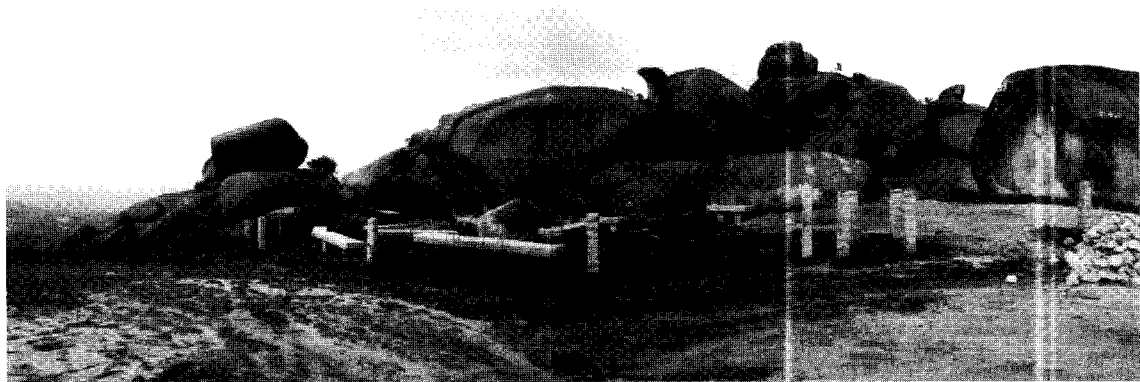
6 — Cf. PMH, *Inquisitiones*, p. 356-369.

7 — A bibliografia sobre o Castelo de Fraião não é muito abundante. Vejam-se, entre outros, LEAL, Augusto Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Boivão», v. 1, Lisboa, 1873, p. 407-409, e s. v. «Coura», v. 2, Lisboa, 1874, p. 413-414; VIEIRA, José Augusto - *Minho Pittoresco*, v. 1, Lisboa, 1886, p. 87 - 92, 101 e 105; GUERRA, Luís Figueiredo da - «Os Castellos de Fraião e de Pena da Rainha», AP, Lisboa, 1ª Série, 5 1900, p. 134-136; GUERRA, Luís Figueiredo da - «Castelos do Distrito de Viana», *O Instituto*, Coimbra, 73 1926, p. 702-703; MATOS, Gastão de Melo de - «Notas sobre o Riba Minho», *Anais da Academia Portuguesa de História: Ciclo de Comemorações da Independência*, Lisboa, 1 1940, p. 207-210; PINTOR, Pe. M. A. Bernardo - *O Recontro de Val-de-Vez Onde Foi?*, Braga, 1977, p. 25-26; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Dissertação Complementar de Doutoramento, Porto, ed. policopiada, 1978, p. 37.

8 — COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portugueza e Descriçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal ...*, 2ª ed., v. 1, Braga, 1868, p. 233-234.



O Castelo, segundo José Augusto Vieira, 1886



O Castelo de Fraião, em Abril de 1996

Fig. 2

Meio século mais tarde, em 1758, na resposta ao Inquérito Paroquial, era registado que: «Esta terra não he murada nem [tem] Praça de Armas, somente no mais elevado do monte ha hum Castello de Penedos que por antigua tradiçam se chamava Castello de Fraam que agora corrupto vocabolo se chama Castello de Fernã ...»⁹.

As palavras do pároco de Boivão que deu resposta ao Inquérito da Academia espelham-nos bem a situação da estrutura medieval: um castelo erguido sobre e entre penedias, aproveitando as condições naturais de defesa que a Natureza oferecia, nomeadamente as penedias cortadas quase na vertical e as numerosas lapas ou furnas, que no testemunho de autores antigos teriam servido, mais tarde, de refúgio a malfeitores.

Por fim, registemos que em 1873 Pinho Leal escrevia que: «N'esta freguezia estão as ruinas de um castello, às quaes se sóbe com muito perigo e difficuldade. Uns lhe chamam Castello, da Forna, outros, Penha da Rainha, outros finalmente, Castello de Fraião»¹⁰. Pinho Leal continuava, portanto, a aceitar a identificação dos castelos de Fraião e de Pena da Rainha como uma única estrutura, à semelhança de outros autores que o haviam antecedido.

Luís Figueiredo da Guerra, o primeiro autor a desfazer os equívocos que associavam Fraião e Pena da Rainha, registou que as justiças ainda funcionavam em Fraião, junto do castelo, no reinado de D. Sebastião, e que do castelo eram visíveis testemunhos no Séc. XVII: «As ruinas do castello ainda existiam no fim do Séc. XVII, porém no século passado os vendavaes e os donos das propriedades proximas não deixaram pedra sobre pedra»¹¹. Não sabemos, na realidade, se o castelo de Fraião alguma vez possuiu estrutura pétreia como nos acostumamos a observar na maioria dos castelos medievais portugueses. Efectivamente, as observações que fizemos no local não nos permitiram descobrir qualquer silhar talhado - o que poderia estar de acordo com a informação de Figueiredo da Guerra, de que as populações vizinhas teriam utilizado a pedra para outros fins. No entanto, não podemos deixar de estranhar que não sejam igualmente visíveis entalhes na rocha para apoio dos silhares, como é relativamente comum observar-se nos afloramentos de montes onde existiram castelos medievais. Apenas a título de exemplo, poderíamos invocar aqui o caso do Castelo de Neiva do qual, apesar de ainda estar em funcionamento na Crise de 1383-85, não resta hoje qualquer silhar, mas onde são visíveis, no alto dos afloramentos, os entalhes para a cama dos silhares da sua Torre de Menagem¹². Para além do exemplo de Castelo de Neiva, podíamos acrescentar ainda os casos do castelo de Penafiel de Bastuço, do castelo de Penha Fidelis, sede militar da Terra de Penafiel de Sousa, do castelo de Castelo de Paiva, hoje convertido em ilha pela subida de cota das águas do rio Douro, do castelo de S. Martinho de Mouros ou do castelo de Moreira de Rei, tudo estruturas onde não sobrevivem torres de menagem mas são visíveis diversos entalhes que permitem mesmo, em alguns casos, reconstituir as suas dimensões. Assim, e para além de realçar a ausência de silhares, não podemos deixar de sublinhar o facto de, em Fraião, também não encontrarmos qualquer tipo de entalhe para silhar ou pedra. Conseguimos, no entanto, identificar três pequenos entalhes, com larguras da ordem dos 10 a 15 cm, destinados para o apoio de estruturas em madeira. Dois desses entalhes, localizados no início do acesso ao núcleo central dos afloramentos, alinhados um em frente do outro, num ponto onde as penedias tornam a passagem mais estreita, parecem testemunhar o ponto onde se implantou uma das barreiras, feitas em material perecível, que defendiam o acesso ao centro do Castelo de Fraião.

As referências documentais ao Castelo de Fraião são relativamente tardias. Na realidade, o primeiro núcleo de informações significativas remonta apenas às Inquirições de 1258. Quando os

9 — AZEVEDO, Pedro A. de - «Extractos Archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758», AP, Lisboa, 1ª Série, 2 1896, p. 311.

10 — LEAL, Augusto Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Boivão», v. I, Lisboa, 1873, p. 408.

11 — GUERRA, Luís Figueiredo da - «Os castellos de Fraião e de Pena da Rainha», AP, Lisboa, 1ª Série, 5 1900, p. 135.

12 — O Castelo de Neiva foi palco de eventos militares na Crise de 1383-85 relatados por Fernão Lopes, quando foi atacado por D. Nuno Álvares Pereira, em Maio de 1385, tendo nesse recontro falecido o seu Alcaide, D. Álvaro Gomes Bacelar, que segundo Fernão Lopes seria genro de D. Lopo Gomes de Lira (senhor da Torre de Geraz do Lima) (cf. Fernão Lopes - *Crónica del Rei Dom João I de Boa Memória*, ed. de William J. Entwistle, v. II, Lisboa, 1977, Cap. VI, p. 15; sobre estes eventos em torno de Castelo de Neiva, vd. tb. a *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra (Coronica do Condestabre)*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, 1991, Cap. XLIII, p. 102-103). Terá sido desactivado ainda no reinado de D. João I, entrando depois em decadência, Em 1710 ainda existiam vestígios das muralhas e era possível identificar a porta de entrada do castelo: GUERRA, Luís Figueiredo da - «Castelos do Distrito de Viana», O Instituto, Coimbra, 73 1926, p. 701.

inquiridores de D. Afonso III percorreram as várias freguesias do Julgado de Fraião, que como vimos incorporava a maior parte das actuais freguesias dos concelhos de Valença do Minho e de Paredes de Coura, foram registando as diversas contribuições militares a que as suas populações estavam obrigadas, nomeadamente as de anúduva, de irem servir ao castelo ou de acompanharem o Senhor da Terra ou o Monarca nas suas caçadas pelo monte sempre que estes se deslocassem ao espaço geográfico do Julgado de Fraião. Há, no entanto, um grupo de referências que nos interessa mais. Devemos sublinhar que o Castelo de Fraião ocupa um lugar singular no que respeita ao tipo de referências que se registaram nas Inquirições dos meados do Séc. XIII. Na realidade, nenhum outro castelo medieval português apresenta, nas Inquirições do Séc. XIII, tantas referências à obrigação de as populações levarem madeira ao castelo como acontece com o Castelo de Fraião.

Também o espólio de superfície se mostra muito escasso, tendo nós apenas recolhido, já no sopé da penedia, um fragmento cerâmico medieval correspondente a uma panela decorada com toro sobre o qual se abriram incisões oblíquas, alargadas e pouco fundas.

Efectivamente, em S. Martinho de Vascões (freg. do conc. de Paredes de Coura) os inquiridores deixaram registado que «... do Casal de Mido Mauro vam ao castello levar a madeira ...» (PMH, Inq., p. 358), acrescentando um pouco mais à frente que «... todos desta collatione pectam voz e caoima, et vam in anuduva et a entorviscada a Coira, et [dão] loitosa al Rey quando morrem, et dam vida ao Maiordomo una vez in cada mes et correm monte cumno Ricomem, et metem a madeira no Castello ...» (PMH, Inq., p. 358). Por seu turno, na freguesia de S. João de Bico (conc. de Paredes de Coura) refere-se que os moradores do Casal da Cavaleira «... levam a madeira ao castello ...» (PMH, Inq., p. 359). Em Santiago de Infesta (freg. do conc. de Paredes de Coura) «... dixerunt que do Casal de Petro Gago de Valinas, et do Casal de Fogioo, et do Casal do Sovereiro de Pelagio Petri, et do Casal da Rua de Quintas, et do Casal de Mariola am a talar et a esnoar a madeira pora o Castelo quanta lis mandar o castellario, assi quomo é in seu uso ...» (PMH, Inq., p. 361). Os habitantes de todos estes casais tinham, portanto, de cortar e aparar (esnoar) a madeira, tal como era costume, estando a definição do volume dessa prestação confiada ao Casteleiro, que o definia de acordo com as necessidades. Por sua vez, em St^a. Maria da Cunha, os inquiridores régios registaram que «... quando os chamam duzem a tertia da madeira ao Castello de Froyam ...» (PMH, Inq., p. 368). Todas estas referências, até pela multiplicação extraordinária das obrigações de levar a madeira ao Castelo de Fraião, parecem sugerir que esta não se destinava apenas às actividades quotidianas, mas que a madeira teria um uso particularmente alargado na estrutura castelar. Ou seja, parecem sugerir que o Castelo de Fraião seria, em boa parte, uma estrutura construída em madeira. Repare-se que estas referências ao Castelo de Fraião são bastante distintas das que, os mesmos inquiridores, registaram para o vizinho Castelo de Pena da Rainha (implantado na freg. de Abedim, conc. de Monção), nomeadamente quando referem que os foreiros de S. João de Portela devem «... fazer a cabana da Pena da Raynha ...» (PMH, Inq., p. 373) ou, em S. Veríssimo de Luzio, que «... os de Golpes e de Guilufos vam a fazer a cabana ao castello de Pena Regine ...» (PMH, Inq., p. 373). As obrigações destes eram as de irem fazer as estruturas habitacionais dentro do castelo de Pena da Rainha, o qual teria construção pétreo. E, na realidade, apesar de também não sobreviverem silhares neste outro castelo do Alto Minho, são visíveis nos afloramentos onde se implantou o castelo de Pena da Rainha entalhes para silhares, nomeadamente para a sua Torre de Menagem.

O tipo de referências encontradas nas Inquirições de 1258, associado às observações realizadas no local, que já acima referimos, nomeadamente ao facto de estarem ausentes os entalhes para pedra mas serem visíveis pelo menos três entalhes para estruturas de madeira, levam-nos a colocar a possibilidade de o Castelo de Fraião ter sido uma estrutura erguida em madeira, mesmo em plena Baixa Idade Média, quando a esmagadora maioria dos castelos portugueses apresentava estrutura pétreo. Uma situação que não será de estranhar particularmente já que, quem se deslocar a Fraião, compreende facilmente que a maior parte da defesa do local era garantida pelos inúmeros batólitos graníticos, e que as estruturas em madeira deviam ser apenas obras complementares.

As Inquirições de 1258 revelam, ainda, mais alguns pormenores sobre o Castelo de Fraião. Na realidade, quando se transcrevem os testemunhos da freguesia de S. Mamede de Insalde (conc. de Paredes de Coura) regista-se que «... o casal do Rego é del Rey ... et fazem o rego da agua pora o Castello, scilicet, da poza do resayo ataes o seixo da porta do castello de Froyam ...» (PMH, Inq.,

p. 362), acrescentando-se que «... os netos de Gondemar o tanio am a fazer o rego pora o Castello per que vay a agua ...» (PMH, Inq., p. 362). O «rego da água para o Castelo» devia descer do morro vizinho às Furnas, que na Carta Militar de Portugal vem designado pelo micro-topónimo «Castelo»), como ainda hoje acontece com a água que, recentemente encanada a partir de mina a cota mais elevada, brota com abundância na periferia do castelo, não longe da estação pré-histórica¹³. Por outro lado, no que respeita à organização militar da zona, os inquiridores não deixam de registar, para a mesma freguesia de S. Mamede de Insalde, que «... dixerunt que o d Ansaldi, se guerra levantar ou encerco veer a esse davandito Castello de Froyam, am se de meter in esse Castello cum seus corpos et cum seus averes; et se o Alcayde desse Castello coyta ouver e dele despender, pagar pois esse aver que despender ao partimento da guerra per mao do Juiz.» (PMH, Inq., p. 363).

Apesar de a documentação disponível ser escassa, conhecemos o nome de alguns dos Senhores da Terra de Fraião e dos Alcaldes do Castelo. Entre os tenentes salientemos a presença de elementos da Nobreza de origem local. O primeiro *tenens* que conhecemos é D. Paio Guterres da Silva, elemento da família oriunda da vizinha freguesia de S. Julião da Silva (conc. de Valença), onde ainda hoje se conserva a torre medieval do solar desta linhagem. No Natal de 1134 D. Paio Guterres confirmou a Carta de Couto que D. Afonso Henriques outorgou ao Mosteiro de S. Fins de Friestas, assinando: «*Pelagius Guterris de Froyam conf.*» (DMP, DR I, Nº 142). D. Paio Guterres intitulou-se «*de Froião*» (ou Fraião) certamente por ser o tenente da Terra de Fraião e do respectivo Castelo. A sua identificação com o homónimo da linhagem da Silva não oferece dificuldades¹⁴. A figura de D. Paio Guterres não seria esquecida pelos inquiridores de 1258 que, apesar de este nobre ter falecido há mais de um século, ainda registavam que «... a reyna Dona Tarasia deu esta davandita ecclesia [de S. Paio de Mozelos] a Don Pelagio Goterriz in sua vida, e depos morte desse davandito Pelagio Goterriz que a desse a Sancta Maria d Oya et a Sanctus Salvator de Ganfey por alma dessa reyna dona Tarasia et de todolos outros rex que depos della veessem ...» (PMH, Inq., p. 357).

As referências que conhecemos para outros senhores da Terra de Fraião encontram-se exaradas precisamente nas Inquirições de 1258, reportando-se portanto a indivíduos que tinham exercido essas funções antes dos meados do Séc. XIII. Aí se regista que D. Mendo Dias deteve a tenência: «... *Don Menendo Diaz, que tunc tinia a Terra ...*» (PMH, Inq., p. 357). O mesmo acontece com D. Martim Soares, para o qual também desconhecemos o momento exacto em que deteve a tenência: «... *Martinus Suariz, que tenia a Terre ...*» (PMH, Inq., p. 363)¹⁵. Por fim, registemos que, algures entre 1174 e 1211, a tenência de Fraião foi detida por D. Martim Peres da Maia: «... *in aquel tempo [de D. Sancho I] tenia a Terra dom Martinus Petri, filio de don Petro Pelaiz Alferaz ...*» (PMH, Inq., p. 365)¹⁶. Trata-se, como os inquiridores esclarecem, de D. Martim Peres da Maia, filho de D. Pedro Pais da Maia, Alferes de D. Afonso Henriques entre 1147 e 1169. Por outro lado, sabemos que foi durante a tenência de D. Martim Peres da Maia que D. Sancho I outorgou a Carta de Couto definindo o termo de Valença (então ainda designada *Contrasta*), um diploma de que se desconhece o original mas do qual encontramos eco nas Inquirições do Séc. XIII (cf. PMH, Inq., p. 365).

No que respeita aos Alcaldes do Castelo de Fraião, registemos o nome de Lourenço Felgueira, que prestou juramento de menagem a D. Pedro I em 25 de Janeiro de 1363 (cf. Chancelaria de D. Pedro I, doc. 762).

D. João I fez, a 2 de Janeiro de 1399, doação de juro e herdade das terras de Fraião, Coura, S. Martinho, St^o. Estevão, Geraz e Valdevez a D. Fernão Anes de Lima¹⁷. A doação seria, mais tarde,

13 — Também Pinho Leal deixou registada, em 1873, a abundância de água neste local: «*No mais alto do castello existe uma pia, que nunca se esgota. Tem uma fenda por onde recebe a água do aqueduto natural, vindo do alto do monte.*» (LEAL, Augusto Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, v. I, Lisboa, 1873, p. 409).

14 — Vd., por exemplo, MATTOSO, José - *Identificação de um País*, vol. 1, Lisboa, 1985, p. 140 e 144. Este é, de resto, o último documento conhecido onde D. Paio Guterres da Silva figura. Sobre a Torre da Silva veja-se, entre outros, MACHADO, Jaime Cepa - «*Quinta e Torre da Silva - Valença*», *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 6 1982, p. 141-153; AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses. Introdução ao estudo da Casa Nobre*, Lisboa, 1969 (2^a ed., fac-similada, Lisboa, 1988), p. 171.

15 — Vd. tb. VENTURA, Leontina - *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*, Dissertação de Doutoramento, v. 2, Coimbra, 1992, p. 1032.

16 — Vd. VENTURA, Leontina - *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*, Dissertação de Doutoramento, v. 2, Coimbra, 1992, p. 1032.

confirmada pelo mesmo monarca em diploma de 11 de Dezembro de 1405¹⁸. D. Fernão Anes de Lima casou com D. Teresa da Silva, de quem teve como primogénito D. Álvaro Rodrigues de Lima, que faleceu jovem e sem descendência. Sucedeu a D. Fernão Anes de Lima o seu filho segundo, Leonel de Lima, célebre nobre que deixou bem marcada a sua actuação no Alto Minho e em Ponte de Lima. A posse, por este nobre, das terras de Fraião, Coura, S. Martinho, St^e. Estevão, Geraz e Valdevez, juntamente com a posse do Paço de Giela, a Norte dos Arcos, seria confirmada por D. João I em carta de 24 de Janeiro de 1429¹⁹ e, mais tarde, por D. Afonso V²⁰.

Mesmo depois de ter perdido sentido militar, e de estar desactivado, o Castelo de Fraião continuou a preservar o seu valor simbólico. Era nas suas imediações que, já depois do castelo ter sido abandonado, se continuavam a reunir as justiças do Julgado, que segundo Pinho Leal se reuniam de 15 em 15 dias, o que continuaria a ser referido em documentos do Séc. XVII²¹. Ainda segundo este autor, o Julgado de Fraião teria desaparecido apenas com D. Sebastião, quando este monarca entregou S. Fins de Friestas aos Jesuítas²².

A estação Pré-histórica

A área cortada pelo caminho de acesso, em cujo talude se encontram duas fossas abertas no saibro, é uma chã aplanada de altitude rondando os 440 metros, na cabeceira do ribeiro de Cavaleiros, sopé da penedia do castelo, lado poente.

No solo de base, granito muito alterado e pouco resistente, e certamente também na camada de terra vegetal que o cobria, foram abertas estas duas fossas ovóides, com 1,10 e 1,20m de diâmetro maior e cerca de 1,30m de profundidade. No mesmo talude, para NE, poderia ter existido uma terceira, totalmente destruída pela abertura do caminho, de que ficou apenas uma pouco perceptível marca no saibro. As duas estruturas visionadas foram ambas executadas com bastante perfeição, quanto à forma e também bem acabadas pelo interior, mostrando paredes uniformemente lisas. A sua parte superior pode estar algo destruída, particularmente na melhor conservada, tendo outrora a boca um diâmetro menor (Fig. 3).

A potência de terra castanho/negra que cobre o saibro raramente atinge o meio metro, suportando hoje uma densa cobertura vegetal de monte baixo que impede o reconhecimento, sem intervenção, de outras estruturas, similares ou complementares. Até a recolha de materiais de superfície se mostrou infrutífera.

A limpeza do perfil da fossa melhor conservada tornou visível uma sequência estratigráfica pouco definida, em que alternam camadas de terra castanho/negra com outras mais ricas em saibro, não sendo nenhuma delas demasiado homogénea. Pelo contrário, o saibro surge em manchas mais ou menos compactas, ou muito misturado com a terra. Esta, com leves variações de tonalidade, incluía raras pedras (maioritariamente quartzo) e nas camadas mais fundas numerosos pequenos carvões. Todo o enchimento estava mais compactado e alto na zona central, apresentando-se a terra mais solta junto das paredes, onde também a presença do saibro era menos marcante, testemunho quiçá de estarmos perante um enchimento realizado por opção e acção antrópica (Fig. 4).

Face à visibilidade destas estruturas e iminência da sua destruição, por curiosos e/ou pela continuação dos trabalhos de abertura e empedramento do caminho, decidimos, depois de registar o perfil, retirar as terras que ainda preenchiam o que restava das fossas. Nesse trabalho não recolhemos qualquer material arqueológico.

Este, apenas espólio cerâmico, apareceu em colheita superficial na área do caminho contígua às estruturas e também dentro do cercado/parque de merendas fronteiro, para onde fora lançado o

17 — Cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*, v. 3, Lisboa, 1930 (ed. fac-similada, Lisboa, 1973), p. 79.

18 — Cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*, v. 3, Lisboa, 1930 (ed. fac-similada, Lisboa, 1973), p. 79.

19 — Cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*, v. 3, Lisboa, 1930 (ed. fac-similada, Lisboa, 1973), p. 79.

20 — Cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Brasões da Sala de Sintra*, v. 3, Lisboa, 1930 (ed. fac-similada, Lisboa, 1973), p. 81.

21 — Cf. LEAL, Augusto Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Coura», v. II, Lisboa, 1874, p. 413.

22 — LEAL, Augusto Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. «Coura», v. II, Lisboa, 1874, p. 413.

saibro retirado aquando do rompimento do acesso. Trata-se de pequenos fragmentos, pertencentes a diversos vasos, muito fracturados e calcados pela passagem de viaturas e pessoas.

Entre estas cinco dezenas de fragmentos salientamos a presença de vasos fechados, com diâmetro de boca próximo dos vinte centímetros, bojudos e com uma leve carena alta a marcar o final do colo que começa por um lábio cortado e boleado ou levemente extrovertido (Fig. 5.1 e 2). São fabricados à mão, em pasta arenosa média com visíveis grãos de desengordurante (calibre \geq 1mm), tons entre o castanho escuro e o negro, com superfície externa bastante escura e alisada, perfil irregular. Um deles apresenta decoração de caneluras verticais sobre o colo, pouco profundas (Fig. 5.3). Vários, incluindo este último, têm fuligem sobre a parede exterior. Há um fundo plano que pode ser associado a estes vasos (Fig. 5.4).

Outros fragmentos afins, também de fabrico manual, foram feitos em pasta algo mais fina, com superfícies alisadas e de tom castanho. Um limitado conjunto de restos cerâmicos mostra uma pasta grosseira, em tonalidades de vermelho escuro. São fragmentos pequenos e muito rolados que não permitem ilações quanto às formas a que pertenceram.

Um único fragmento cerâmico, pequeno, ostenta decoração impressa com matriz, de tradição campaniforme (marítimo), formando linhas sensivelmente paralelas (Fig. 5.5)²³.

Parece estarmos, portanto, face a mais um sítio arqueológico, talvez um povoado, que apresenta fossas abertas no saibro. Sem mais informações acerca desta ocupação por falta de trabalhos arqueológicos, ocorre-nos apenas salientarmos que os habitantes deste local poderiam simultaneamente ter utilizado os abrigos naturais formados pela penedia do castelo e tê-los mesmo complementado com estruturas em madeira ou em matérias vegetais mais ligeiras, abundantes na serra, tal como o teriam feito os homens medievos.

O sítio, um penhasco elevado e pouco acessível, sobranceiro à bacia do Minho, constitui um ponto estratégico de defesa, mas as fossas estão colocadas exactamente no tramo mais vulnerável deste conjunto, o istmo que liga o castelo ao planalto contíguo e que lhe serve de acesso. Ou seja, podemos ver complementaridade ou contradição entre o local escolhido, que dispõe, simultaneamente, por um lado da posição altaneira e inacessível da penedia e por outro, o sítio escolhido para escavar as fossas, da ligação fácil às chãs aplanadas, aos cabeços e às extensas encostas pouco declivosas que acompanham a cabeceira do ribeiro, paisagem ainda hoje muito propícia à pastorícia, mas que tem também possibilidade de suportar uma agricultura não intensiva. A água potável brota abundante nos penedos de um cabeço próximo.

Os escassos elementos desta recolha não nos dão possibilidade de adiantar algo à discussão sobre a funcionalidade destas estruturas em fossa abertas no saibro que vão aparecendo cada vez mais no Norte de Portugal²⁴. Limitamo-nos a verificar que a melhor conservada não continha espólio e parecia ter sido preenchida com terras propositadamente atiradas para o seu interior. Apesar do Inverno bastante chuvoso, só no fundo das fossas se verificava estar a terra muito humedecida. O local de implantação corresponde à já conhecida opção por sítios altos, de fácil refúgio em ocasião de crise, mas também com condições favoráveis a uma economia predominantemente agro-pastoril.

Como inserção cronológica deste achado, com os poucos elementos de que dispomos, apontamos muito provisoriamente o Bronze Inicial, atendendo não tanto às informações disponíveis sobre outras estações com fossas, mas sobretudo às cerâmicas achadas. Os grandes vasos de perfil irregular, alisados, com carena alta e decoração de caneluras sobre o colo não são demasiado esclarecedores, uma vez que ocorrem, com variações, em toda a Idade do Bronze. Já a decoração de tipo campaniforme leva-nos a recuar para um momento talvez do Bronze Inicial, época cujos povoados são ainda pouco conhecidos no Entre Douro e Minho litoral²⁵.

23 — JORGE, Susana Oliveira - *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves - V.ª. P.ª. de Aguiar*, v. IB, Porto, 1986, p. 856 e segs.

24 — SILVA, Armando Coelho Ferreira da - «As fossas ovóides de Beiriz e a problemática das práticas funerárias no final da Idade do Bronze», in *Colóquio «Santos Graça» de etnografia marítima*. Actas, v.3, Póvoa de Varzim, 1985, p. 13 - 20; JORGE, Susana Oliveira - *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Porto, 1988, p. 91 e segs.

25 — Na estação arqueológica do Tapado da Caldeira (Baião) verifica-se também a associação de cerâmicas de superfícies bem alisadas e com caneluras verticais com fragmentos campaniformes (cf. JORGE, Susana Oliveira - «A Estação Arqueológica do Tapado da Caldeira. Baião», *Portugália*, Porto, Nova Série, 1 1980, p. 35).

PORTUGALIA



Fig. 3

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO CASTELO DE FRAIÃO (BOIVÃO, VALENÇA)

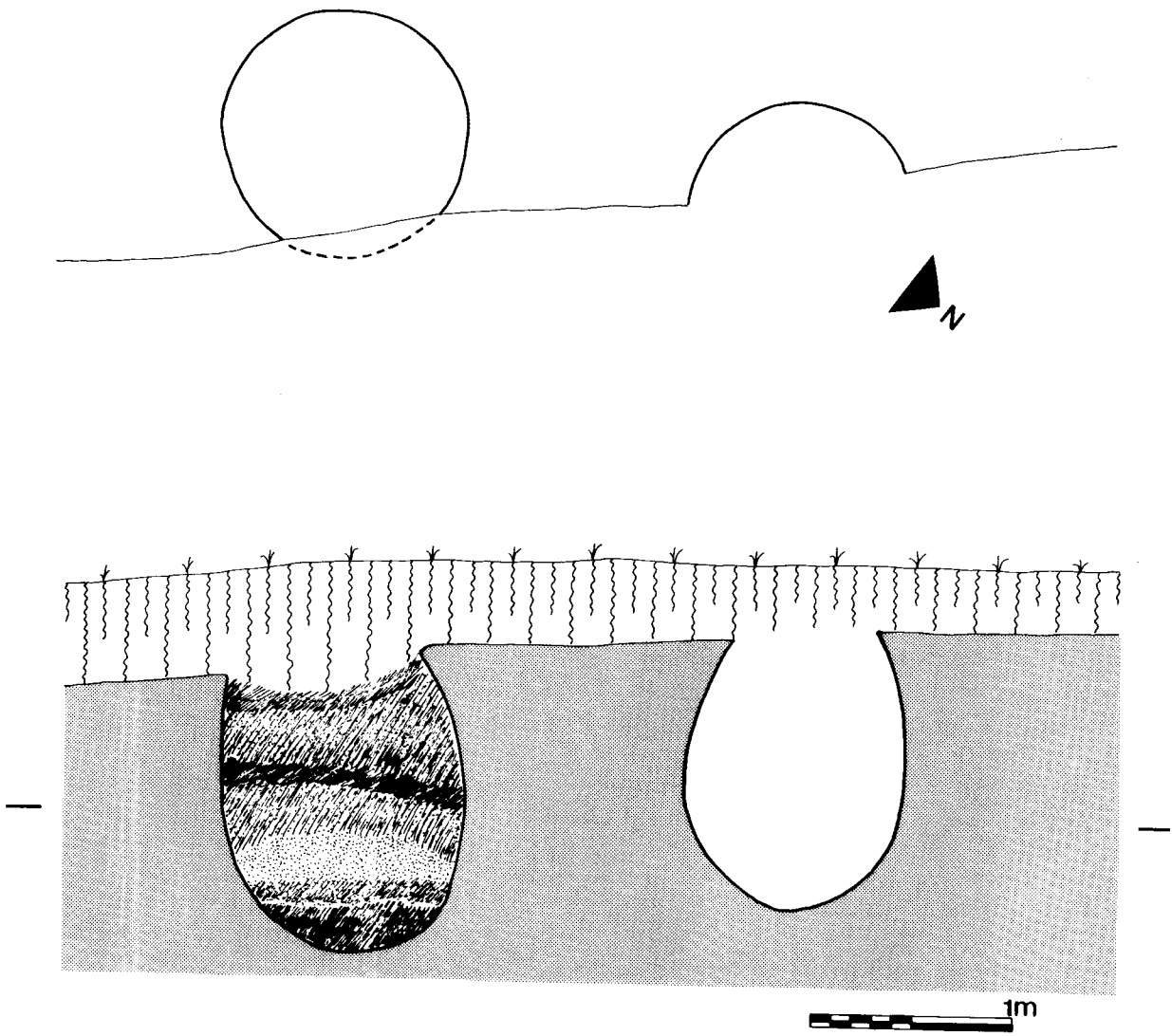


Fig. 4

PORTUGALIA

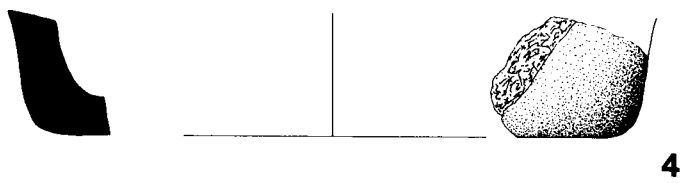
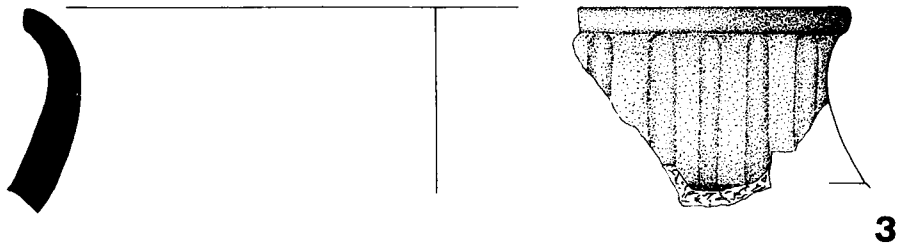
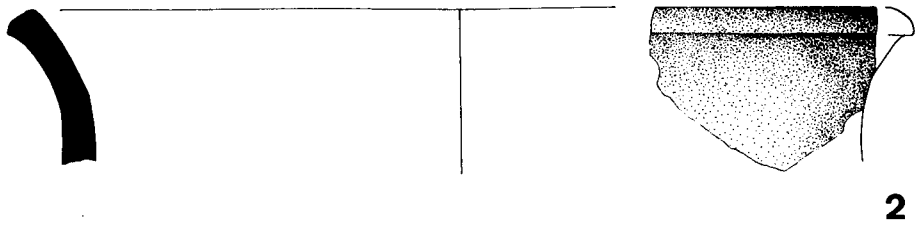
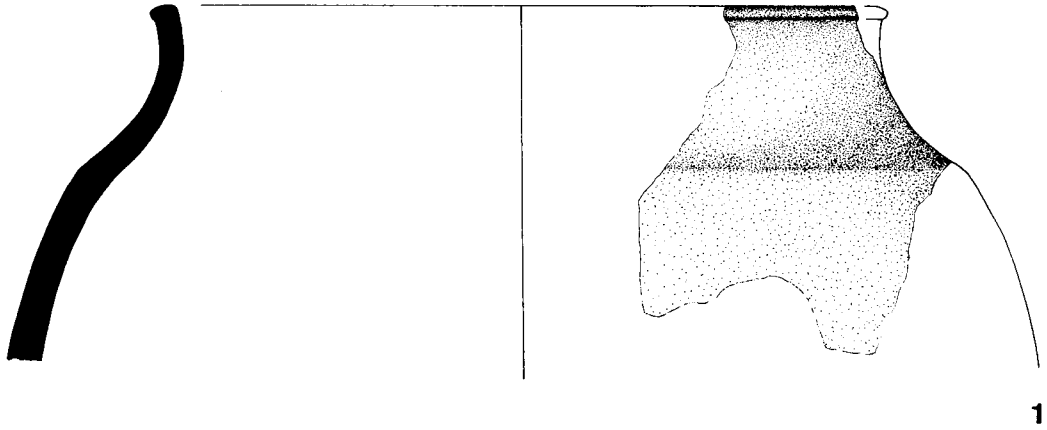


Fig. 5